



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVII — N.º 11

TERÇA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 1972

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO DA ATA DA 13.ª SESSÃO, EM 17 DE ABRIL DE 1972

1 — ABERTURA

2 — EXPEDIENTE

2.1 — Mensagens do Sr. Presidente da República

N.º 52, de 1972 (n.º 57/72, na origem), submetendo à aprovação do Senado o nome do Diplomata Paulo Braz Pinto da Silva, Embaixador em Teerã, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo do Reino do Afeganistão.

N.º 53, de 1972 (n.º 58/72, na origem), submetendo à aprovação do Senado o nome da Diplomata Dora Alencar de Vasconcelos, Embaixadora em Port-of-Spain, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo de Barbados.

2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — I Ciclo de Estudo Sobre Recursos Minerais, realizado em Sergipe. Apresenta a implantação de uma unidade industrial para produção de Barrilha, em Sergipe.

SENADORES NEY BRAGA E JOÃO CALMON — Manifestação de pesar pelo falecimento do Brigadeiro Mário Calmon Eppinghaus e do Major Célio Seda.

ATA DA 13.ª SESSÃO

EM 17 DE ABRIL DE 1972

2.ª Sessão Legislativa Ordinária
da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. RUY
CARNEIRO

As 14 horas e 30 minuto, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mcs-
quita — Flávio Brito — José Lin-
doso — Renato Franco — Ale-
xandre Costa — Petrônio Portella

— Helvídio Nunes — Waldemar
Alcântara — Duarte Filho — Jessé
Freire — Ruy Carneiro — João
Cleofas — Wilson Campos — Luiz
Cavalcante — Lourival Baptista
— Ruy Santos — Eurico Rezende
— João Calmon — Paulo Tôrres
— Osires Teixeira — Filinto Müller
— Ney Braga — Antônio Carlos — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental declaro aberta a sessão.

O Sr. 1.º-Secretário vai proceder à leitura do expediente.

3 — ORDEM DO DIA

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 17/71 (n.º 9/71, na origem), que aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1959. Aprovada, à promulgação.

Redação final do Projeto de Resolução n.º 49/71, que suspende a execução da Lei n.º 4.325, de 16 de abril de 1964, declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. Aprovada, à promulgação.

Projeto de Lei do Senado n.º 46/71, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que exclui as entidades sindicais do conceito de "empresa", para os fins previstos no artigo 69, III, e seu parágrafo único, da Lei Orgânica da Previdência Social (Apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade). Rejeitado, ao Arquivo.

4 — Designação da Ordem do Dia da próxima Sessão. Encerramento.

5 — Convocação de reunião da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo.

6 — Atas das Comissões.

7 — Composição das Comissões Permanentes:

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO SR. PRESIDENTE DA
REPÚBLICA

Nos seguintes termos:

MENSAGEM

N.º 52, de 1972

(N.º 57/72 na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De acordo com o preceito constitucional (art. 42, III), tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha que desejo fazer do Diplomata Paulo Braz Pinto da

EXPEDIENTE
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

'O preço do exemplar atrasado será acrescido
de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

Silva, Embaixador em Teerã, para, cumulativamente exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo do Reino do Afeganistão, nos termos do Decreto n.º 56.908, de 29 de setembro de 1965.

2. Os méritos do Senhor Embaixador Paulo Braz Pinto da Silva, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 14 de abril de 1972. —
Emílio G. Médici.

"CURRICULUM VITAE" DO SR. EMBAIXADOR PAULO BRAZ PINTO DA SILVA

Nascido em Jaguarão, Rio Grande do Sul, a 4 de abril de 1913. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, 1937.

Cônsul de Terceira Classe, 1938. Membro da Delegação do Brasil à Conferência Regional do Prata, Montevidéu, 1941.

Membro da Delegação do Brasil à III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, Rio de Janeiro, 1942.

Vice-Cônsul em Montreal, 1942, a 1944.

Encarregado do Consulado-Geral em Montreal, 1943 a 1944.

Vice-Cônsul em Boston, 1944 a 1945.

Promovido a Cônsul de Segunda Classe, por antiguidade, 1945.

Cônsul-Adjunto em Boston, 1945 a 1946.

Encarregado do Consulado em Boston, 1946.

Segundo Secretário da Embaixada em Lima, 1946 a 1948.

A disposição da Presidência, 1951. Promovido a Primeiro-Secretário, por merecimento, 1951.

Primeiro-Secretário da Embaixada em Madrid, 1953 a 1956.

Encarregado de Negócios em Madrid, 1954, 1955 e 1956.

Cônsul-Adjunto em Paris, 1956 a 1958.

Encarregado do Consulado-Geral em Paris, 1958.

Chefe da Divisão do Material, 1958 a 1959.

Presidente da Comissão de Corrências, 1958 a 1959.

Conselheiro, 1959.

Chefe da Seção de Organização do Departamento de Administração, 1959 a 1960.

Secretário-Executivo do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), 1960 a 1961.

Chefe da Divisão do Material, 1961 a 1962.

Presidente da Comissão de Corrências, 1961.

Representante do Ministério das Relações Exteriores na Secretaria da IV Reunião de Governadores, 1961.

Promovido a Ministro de Segunda Classe, por antiguidade, 1961.

Cônsul-Geral em São Francisco, 1962 a 1964.

Chefe da Divisão do Material, 1966 a 1967.

Chefe do Departamento de Administração, substituto, 1966.

Chefe da Comissão para o inventário dos bens móveis da Secretaria de Estado, 1966.

Chefe do Departamento Consular e de Imigração, 1967 a 1971.

Chefe da Seção Brasileira da Comissão Mista do Acordo de Migração Brasil-Itália, 1967 a 1971. Chefe da Seção Brasileira da Comissão Mista do Acordo de Migração Brasil-Espanha, 1967 a 1971.

Presidente do Grupo de Trabalho para estudo do projeto de Regulamento de Passaportes, 1968.

Promovido a Ministro de Terceira Classe, por merecimento, 1971. Embaixador em Teerã, 1971 a 1972.

Casado com a Senhora Edinah Bra Pinto da Silva, de nacionalidade brasileira.

O Embaixador Paulo Braz Pinto da Silva, nesta data, encontra-se no exercício da função de Chefe da Missão Diplomática do Brasil em Teerã.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 5 de abril de 1972. — Ayrton Gil Dieguez, Chefe da Divisão do Pessoal.

(A Comissão de Relações Exteriores.)

MENSAGEM
N.º 53, de 1972
(N.º 56/72 na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De acordo com o preceito constitucional (art. 42, III), tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha que desejo fazer da Diplomata Dora Alencar de Vasconcellos, Embaixadora em Port-of-Spain, para, cumulativamente,

exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo de Barbados, nos termos do Decreto n.º 56.908, de 29 de setembro de 1965.

2. Os méritos da Senhora Embaixadora Dora Alencar Vasconcelos, que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 14 de abril de 1972. —
Emilio G. Médici.

"CURRICULUM VITAE" DA SRA. EMBAXADORA DORA ALENCAR DE VASCONCELLOS.

Nascida no Rio de Janeiro, Guanabara, 6 de setembro de 1910. Professora de Prática Consular, no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, do Instituto Rio-Branco.

Cônsul de Terceira Classe, por concurso, 1938.

Auxiliar de Chefe do Departamento Diplomático e Consular, 1939 e 1942.

Auxiliar do Secretário-Geral, 1939. Membro da Delegação do Brasil à Conferência dos Estados Americanos, Havana, 1940.

Promovida a Cônsul de Segunda Classe, por merecimento, 1942.

Cônsul-Adjunto em Montevideu, 1943 a 1947.

Encarregado do Consulado-Geral em Montevideu, 1946 e 1947.

Segundo Secretário da Embaixada em Montevideu, provisoriamente, 1947 a 1948 e 1948 a 1950.

Promovida a Cônsul de Primeira Classe, por antiguidade, 1950.

Auxiliar, interino, do Secretário-Geral, 1951.

Auxiliar do Chefe do Departamento Político e Cultural, 1951.

Secretário-Geral-Adjunto da Comissão Organizadora do I Congresso da União Latina e Chefe da Secretaria do mesmo Congresso, Rio de Janeiro, 1951.

Membro da Comissão de elaboração dos Anais do I Congresso da União Latina, 1951.

Secretaria da VIII Assembléia Interamericana de Mulheres, Rio de Janeiro, 1952.

Cônsul-Adjunto em Nova York, 1952 a 1958.

Conselheiro, 1954.

Encarregado do Consulado-Geral em Nova York, 1953, 1954, 1955, 1956 e 1958.

Promovida a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, 1958.

Cônsul-Geral em Nova York, 1958 a 1964.

Delegado-Suplente do Brasil à XIII Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas (ONU), Nova York, 1958.

Participante da XXIX Conferência Anual de Conchichig, Toronto, 1960.

Secretário-Tesoureiro da Sociedade de Cônsules Estrangeiros, Nova York, 1962.

Participante do Simpósio Latino-American, Nassau, 1962.

Presidente da Sociedade de Cônsules Estrangeiros, Nova York, 1964.

Promovida a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, 1964.

E Embaixadora em Ottawa, 1966 a 1969.

Participante da Reunião de Coordenação da Promoção Comercial do Brasil nos Estados Unidos da América, Washington, 1967.

E Embaixadora em Port-of-Spain, 1970 a 1972.

A Embaixadora Dora Alencar de Vasconcelos, nesta data, encontra-se no exercício da função de Embaixadora do Brasil em Port-of-Spain.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 10 de abril de 1972. — Ayrton Gil Dieguez, Chefe da Divisão do Pessoal.

(A Comissão de Relações Exteriores.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — O expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — (Lê o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, assisti, sexta-feira passada, em Aracaju, ao encerramento do Primeiro Ciclo de Estudos sobre Recursos Minerais, com uma conferência proferida pelo Superintendente da SUDENE, General Evandro de Souza Lima. O Ciclo de Estudos, que teve a participação de técnicos e elementos responsáveis pela administração de importantes organismos do setor público e privado, constituiu mais uma valiosa oportunidade para o estudo de problemas relacionados com a exploração das jazidas minerais de Sergipe, contribuindo para visão mais ampla das potencialidades daquele Estado.

Organizado pelo Governo do Estado através do Conselho de Desenvolvimento de Sergipe — CONDESE — Federação das Indústrias e Universidade Federal, o Ciclo de Estudos teve a participação permanente de um auditório formado por mais de setecentas pessoas, representando os mais

diversos setores da comunidade sergipana. Foram conferencistas, o economista José Aloisio de Campos, assessor do Governador do Estado; o engenheiro Ivan Barreto de Carvalho, Chefe do Departamento Nacional da Produção Mineral; o engenheiro Francisco Moacyr de Vasconcelos, da Companhia de Recursos Minerais; o engenheiro Carlos Valter, diretor do Departamento de Exploração e Produção da PETROBRAS; o economista Rômulo de Almeida, Diretor-Presidente da CLAN; o General Edmundo Orlandini, Presidente da Companhia Nacional de Alcalis, e o Superintendente da SUDENE, General Evandro de Souza Lima.

O Ciclo de Estudos, democrático e objetivo forum de debates, ensejou uma série de definições que, pela responsabilidade das pessoas que as formulavam, valem como contribuição decisiva para o equacionamento de diversos problemas ligados à exploração das jazidas minerais de Sergipe e à implantação de um Complexo-Mineral-Petroquímico, naquele Estado, como parte do Polo Petroquímico do Nordeste. Além do mais, houve um fator ainda mais positivo, expresso na grande participação popular e no interesse despertado pelos temas expostos, fato que revela uma atitude coletiva em favor do desenvolvimento econômico.

Por todos estes fatores, eu não podia aqui deixar de salientar a participação eficiente do economista Jacó Charcot Pereira Rios, Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Estado, que vem imprimindo diretrizes positivas à política de desenvolvimento de Sergipe.

O Sr. Ruy Santos — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com muito prazer.

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.^a faz muito bem em destacar estes estudos que vêm sendo realizados em Sergipe e, principalmente, o esforço do povo sergipano, apoiado pelo Governo da União, para colocar o pequeno grande Estado de Sergipe naquele ponto de desenvolvimento e de integração no desenvolvimento nacional que é de se desejar. Realmente, Sergipe possui todas as condições para que em breve seja um dos polos de desenvolvimento do País.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Agradeço a V. Ex.^a, eminente Senador Ruy Santos, o aparte com que honrou o meu pronunciamento. (Retoma a leitura.)

Feito este ligeiro registro, Sr. Presidente, trago ao conhecimento dos Senhores Senadores e da Nação um dos temas que considero entre os mais importantes debatidos durante o Ciclo de Estudos, antecipando que

pretendo ainda referir-me, noutras oportunidades, a diversos aspectos dos problemas que foram analisados pelos ilustres conferencistas naquele conclave.

Quero, neste momento, em termos de informação e também de reivindicação, abordar o problema da implantação de uma unidade industrial para produção de barrilha em Sergipe.

Muitos dos conferencistas participantes do Ciclo de Estudos, analisaram a possibilidade de implantação de uma fábrica de barrilha, mostrando as vantagens e a plena viabilidade de sua localização em Sergipe.

Sem minimizar as demais opiniões, valiosas e baseadas em cuidadosos estudos técnicos, que ali foram emitidas, referir-me-ei hoje aos pronunciamentos do General Edmundo Orlandini, presidente da Companhia Nacional de Alcalis e do Superintendente da SUDENE, Evandro de Souza Lima.

O General Orlandini revelou em sua conferência que a Companhia Nacional de Alcalis pretende iniciar novo plano de expansão, e para isto volta as suas vistos para o Nordeste brasileiro, devido à impossibilidade técnica e econômica de proceder a uma nova ampliação da sua unidade original localizada em Cabo Frio, no Estado do Rio. Em decorrência deste fato, a empresa, após cuidadosos estudos, concluiu pela escolha de Sergipe como área que oferece melhores condições para a localização de uma unidade de produção da barrilha. Repito aquí, palavras do General Orlandini em sua conferência: "Presentemente, são bem conhecidas as riquezas minerais entesouradas nos subsolo e plataforma continental de Sergipe, os sais solúveis de potássio, sódio e magnésio, o petróleo e o gás natural descobertos pela PETRO-BRAS na área de Carmópolis e municípios vizinhos, e em Caloba, Guariçema e Dourados. As fontes naturais de suprimento de matérias-primas quantitativamente abundantes e qualitativamente excelentes; a possibilidade de fáceis e curtas interligações ferro, rodo e hidroviárias, dessas fontes com a Usina; a disponibilidade de energia elétrica; a existência de gás natural; a vizinhança de um centro urbano; a proximidade oceânica para o escoamento de produtos, tudo isso reunido numa área circular com vinte quilômetros de raio, augura, evidentemente, a eleição dessa área estratégicamente recomendada para a implantação de um complexo industrial de barrilha de grande envergadura".

Dessa forma, o ilustre Presidente da Companhia Nacional de Alcalis, manifestou a sua clara opção, por Sergipe, em virtude das excepcionais condições que oferece aquele Estado

para atender aos planos de expansão da empresa.

O Sr. Osires Teixeira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com prazer.

O Sr. Osires Teixeira — Ao transmitir à Nação a escolha, pelo eminente General Edmundo Orlandini, de Sergipe como local da ampliação da Companhia Nacional de Alcalis, V. Ex.^a dá a todo País uma notícia das mais alvissareiras. Alvisarreira porque representa a ampliação da Companhia Nacional de Alcalis; alvisarreira porque elege o grande Estado de Sergipe para sede da nova empresa de fabricação de barrilha, e alvisarreira, sobretudo, porque nos dá a conhecer a existência, economicamente explorável, do carbonato neutro de sódio, conhecido vulgarmente por barrilha, carbonato este da mais alta importância em uma gama imensa de indústrias. O carbonato neutro de sódio está presente no combate à poluição das águas, está presente na indústria do sabão, na indústria química, na metalurgia, na siderurgia, na indústria de couros — enfim é a barrilha um desses produtos que poderíamos dizer nobres. Bendito o país, como o Brasil, que tem no seu subsolo barrilha à mancheira. Sem a barrilha é praticamente impossível a existência de N indústrias de que o Brasil carece e para o que marcha rapidamente, graças à cobertura que o Governo Federal, dá através da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, através dos financiamentos que essa companhia oferece àqueles que pretendem minerar, e graças à cobertura creditícia que o Governo do eminente Presidente Médici dá àquelas que querem desenvolver este País. Sobretudo no instante em que se pensa em multiplicar a produção siderúrgica brasileira, a barrilha está presente, e é mais do que necessário. Alvisarreira, portanto, a notícia que V. Ex.^a dá à Nação, de que, mais uma vez, Sergipe vai contribuir para esta caminhada extraordinária que o Brasil faz, com metá no seu desenvolvimento, no seu progresso e no bem-estar do seu povo.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Muito grato a V. Ex.^a, eminente Senador Osires Teixeira, pela contribuição que vem dar ao meu pronunciamento.

(Retoma a leitura.)

A barrilha é na atualidade um dos mais importantes produtos químicos de base. Como matéria-prima, participa de imensa variedade de indústrias, tais como a de produtos químicos, cerâmica, pólvora, cerâmica, vidro, plásticos, tinteiros, têxteis, celulose, ouro e metalurgia de não ferro, bem de produtos farmacêuticos, sumo de água e outros

empregos diversos. Desta forma, assume a barrilha caráter de produto imprescindível e de elevado valor estratégico para uma Nação como o Brasil, que se industrializa em ritmo acelerado. Não havendo possibilidade de maior expansão da unidade original da Companhia Nacional de Alcalis, que alcançou excelente capacidade operacional com a profícua gestão do General Orlandini, iniciada em julho de 1964, deverá com urgência o Brasil assegurar o aumento constante da sua produção, através da implantação de novas Usinas. Caso isto não seja feito dentro de cinco anos, ficaremos em situação de dependência parcial perante os fornecedores externos, à mercê das flutuações de um mercado sujeito a constantes variações, pesado ônus a incidir sobre a nossa balança de pagamentos. Ficaríamos então, com amplo setor do nosso parque fabril tendo o seu desenvolvimento condicionado a fatores externos, implicando tal fato, em ameaça à expansão da nossa capacidade industrial.

Em Sergipe, como demonstrou o General Orlandini, a barrilha seria produzida a custo industrial muito inferior ao que é atualmente obtido pela Usina de Cabo Frio. As jazidas de sal-gema existentes, possibilitariam o fornecimento da matéria-prima básica pela vigésima parte do preço de Cabo Frio, enquanto o calcário, também imprescindível à fabricação da barrilha, ficaria pela quinta parte do preço pelo qual é obtido atualmente no Estado do Rio. Seriam assim abertas condições para exportação, pois a barrilha fabricada em Sergipe ficaria a um nível de preço inferior ao vigente no mercado internacional.

Não se trata evidentemente de encerrar as atividades da Usina no Estado do Rio que, pelo contrário, está agora mesmo sendo consideravelmente ampliada e continuará a contribuir para a riqueza daquele grande Estado brasileiro. Nem de criarmos tâculos para a industrialização do sal-gema em Alagoas, onde uma grande unidade para produção de cloro a partir do sal-gema já está em fase de implantação. A indústria de barrilha localizada em Sergipe seria apenas mais um fator de integração e de complementação do Polo-Mineral-Petroquímico que se está criando no Nordeste. Necessário é que sejam aproveitadas as condições naturais existentes, que sejam convenientemente exploradas as potencialidades de cada Estado, para que se crie um poderoso complexo industrial integrado, operando a nível de economia de escala e possibilitando à região nordestina superar os obstáculos ao progresso.

Em Sergipe, somente as jazidas de sal-gema da região de Siriri, incluídas dentro da Reserva Nacional, atingem a cifra de cinco bilhões de toneladas,

de excelente qualidade, apresentando uma camada de cento e cinqüenta metros de espessura a uma profundidade de seiscentos metros. Estas reservas, conforme assinalou o General Orlandini, bastariam para alimentar uma fábrica de barrilha com produção diária de três mil toneladas, durante dois mil e quinhentos anos. Há ainda, reservas de calcário da melhor qualidade nos municípios de Riachuelo e Laranjeiras, já tendo o Governo do Estado, colocado à disposição da Alcalis uma área de sua concessão.

Para que se possa definir com maior rapidez a implantação da Usina de Barrilha em Sergipe será necessário que o Departamento Nacional de Produção Mineral conceda autorização à Companhia de Alcalis para realizar a mineração do sal-gema na área de Reserva Nacional.

A opinião favorável à implantação da fábrica em Sergipe, defendida com riqueza de dados pelo General Orlandini, recebeu do Superintendente da SUDENE, General Evandro de Souza Lima, integral apoio, tendo este ilustre homem público, ao encerrar o Círculo de Estudos sobre Recursos Naturais, reafirmado sua confiança de que, em breve, será encontrada solução para o problema da exploração dos minérios em Sergipe. Apontou então a implantação da Usina de Barrilha como realização prioritária de uma política global para o desenvolvimento nordestino.

Encerrando estas palavras, Sr. Presidente, formulou, em nome do povo sergipano, um apelo a todos os setores do Governo Federal, a que se relaciona a exploração das riquezas minerais do meu Estado, no sentido de que seja dado todo apoio à Companhia Nacional de Alcalis para que possa esta empresa iniciar a implantação da sua Usina de Barrilha em Sergipe. Reafirmo, também, que todos os sergipanos estão confiantes nas providências imediatas que serão adotadas pelo dinâmico Governo do Presidente Médici, a quem Sergipe deve a profética e encorajadora expressão proferida em 10 de abril de 1970, de que será, no futuro, "o gigante do Nordeste". (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Tem a palavra o nobre Senador Ney Braga, representante do Estado do Paraná.

O SR. NEY BRAGA — (Lê o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero me associar às homenagens de pesar prestadas pelo Estado do Paraná, através de seu Governo, que decretou três dias de luto oficial em consequência da morte do Brigadeiro Mário Calmon Eppinghaus, em desastre aéreo ocorrido no Estado do Rio.

A Nação inteira viveu horas de angústia e tristeza com os acidentes do

Samurai da Vasp e do Catalina da FAB, nos quais viajavam militares ilustres e homens de negócios. No aparelho da Vasp, morreram todos os seus passageiros e tripulantes e, na aeronave militar, pereceu o seu copiloto, major Célio Seda, numa operação cheia de coragem.

É um moço que perde sua vida numa demonstração heroica de abnegação.

A sua memória nós também homenageamos e por certo nunca esqueceremos o seu exemplo de bravura. A FAB perdeu dois companheiros exemplares. O major Celso — conheci-o agora pelo noticiário deste triste acidente. Do Brigadeiro Mário Calmon Eppinghaus fui companheiro desde 1935, na querida Escola Militar do Realengo.

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. NEY BRAGA — Pois não.

O Sr. Ruy Santos — Conheci de perto o Brigadeiro Eppinghaus, que serviu durante muito tempo na Bahia, terra que ele admirava e que estimava. Depois, estive com ele várias vezes aqui, quando serviu em Brasília. Era, realmente, uma das figuras mais brilhantes da Aeronáutica Brasileira. Permita assim V. Ex.^a que ao seu pesar associe o pesar da minha província, a Bahia.

O SR. NEY BRAGA — Agradeço ao nobre colega, e por certo o nosso companheiro Brigadeiro Mário Eppinghaus, que pela Bahia passou, deixou lá, como fazia em todos os lugares onde serviu, bem marcada a sua presença. E este é o motivo do aparte que enriquece este triste discurso que faço em homenagem àquele nosso companheiro que morreu.

O Sr. Filinto Müller — V. Ex.^a permite um aparte, nobre Senador?

O SR. NEY BRAGA — Pois não, nobre Líder.

O Sr. Filinto Müller — Quando o presidente da Casa anunciou que lhe dava a palavra, fê-lo declarando que V. Ex.^a falava como representante do Paraná. Quero pedir a V. Ex.^a que estenda um pouco mais essa representação e fale em nome da Maioria desta Casa, toda ela compungida com o doloroso acontecimento que roubou a vida ao Brigadeiro Eppinghaus e ao bravo Major Seda. V. Ex.^a interpreta o sentimento de todos os seus colegas companheiros de Bancada. Membros da Maioria do Senado. Peço, também, que estenda, por justiça, essa homenagem póstuma ao Coronel Otiles Moreira da Silva, oficial dos mais brilhantes e patriotas, nascido no Estado de Mato Grosso e que de Cuiabá, em 1964, designado pelo Cel. Meira Matos, então Comandante do 16º B.C., rumou para Brasília à frente

do primeiro destacamento, a aqui chegava por ocasião da histórica Revolução por ocasião da histórica Revolução de Março.

O SR. NEY BRAGA — Agradeço essa incumbência do nobre Líder e, por certo, conhecedor também que é da vida de Mário Eppinghaus e do Coronel Otiles Moreira da Silva, há de associar o pensamento daqueles militares ao que pregamos no Partido Majoritário desta Casa.

Mário Eppinghaus era um homem perfeitamente afinado no idealismo da Revolução Brasileira. Assim, nada mais justo do que o Partido que representa a Revolução, nesta Casa, render homenagens as mais profundas, as mais sentidas, àquele companheiro que pereceu na última semana, vítima de desastre aéreo, e levar este preito ao Cel. Otiles Moreira da Silva, que à Revolução tanto serviu.

O Sr. José Lindoso — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. NEY BRAGA — Pois não.

O Sr. José Lindoso — V. Ex.^a presta homenagem a duas figuras da FAB, ao Major Seda e ao Brigadeiro Eppinghaus. O nosso Partido, através da palavra de V. Ex.^a, manifestou o pesar pelo desaparecimento dessas duas figuras. Como homem da Amazônia, quero, de modo singular, prestar uma homenagem ao Major Seda. A Amazônia muito deve à FAB; os caminhos traçados sobre o verde imenso da floresta foram desbravados pela Força Aérea Brasileira. Deve-lhe tanto, que deve a vida de muitos de seus mais corajosos homens. Assim, o Major Seda entra para a História com o seu nome inscrito no coração da Amazônia e do Brasil, numa operação de desbravamento a serviço da integração amazônica ao Brasil. A Amazônia, de um modo geral, fica profundamente chocada e sentida com o desaparecimento desse herói da FAB.

O SR. NEY BRAGA — Agradeço o aparte do nobre Colega e, por certo, o Major Seda, que em espírito está a nos ouvir, há de sentir orgulho em ver que aqueles homens da região que ele tanto amou, — aqueles homens que, no dizer de alguém, são maiores que a própria Amazônia —, rendem a ele, pelo seu ato heróico, um tributo de homenagem a mais sincera e a mais justa.

Mas, eu dizia, Sr. Presidente, que Eppinghaus, na Escola Militar de Realengo, graneava a grande amizade de toda a sua turma que em 1937 recebeu a espada do oficialato. Era um amigo leal e sempre pronto a servir. Não conheço quem com ele haja convivido que não seja seu admirador. Desde os bancos escolares, demonstrou seu alto espírito humano.

O Sr. Lourival Baptista — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. NEY BRAGA — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Lourival Baptista — Quero associar-me à homenagem que V. Ex.^a está prestando a dois dignos militares, bem como às demais vítimas dos dois lamentáveis acidentes ocorridos, um nas proximidades de Petrópolis, outro na Amazônia. Conheci o Brigadeiro Eppinghaus na Bahia, e nos encontramos depois na Campanha de Educandários Gratuitos, hoje Campanha de Escolas da Comunidade. No seu Estado, era ele o chefe desta Campanha e bem sei do seu entusiasmo pela causa da Educação no Brasil. Não conheci o Major Seda, mas ontem o General Abdon Sena, com quem estive à tarde, me falou do seu heroísmo e como com o sacrifício da própria vida salvou a vida dos demais. São dois grandes chefes militares aos quais o Senado reverencia neste momento, através da palavra de V. Ex.^a

O SR. NEY BRAGA — Agradeço o aparte do nobre companheiro Lourival Baptista.

Chefe de família devotado e amoso. Cidadão e soldado completo. Tranquilo sempre, mas não confundindo a serenidade de seus gestos com falta de energia, o Brigadeiro Eppinghaus encarnou sempre o mais profundo espírito da revolução brasileira da qual foi um dos vanguardeiros.

Exerceu com brilhantismo e dedicação vários postos na Aeronáutica, comandando as Bases Aéreas de São Paulo, Salvador, Brasília e de Curitiba, onde ele também comandava a Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda desde 7 de outubro de 1971.

Com a morte do Brigadeiro Eppinghaus, a aviação do Brasil teve uma perda irreparável, pois ele foi um dos maiores entusiastas em toda vida das atividades ligadas ao campo da aviação.

Em Curitiba recebeu em vida as melhores homenagens. Já era conhecido pelas suas virtudes e exemplar vida familiar.

Ainda há poucos dias, na capital paranaense, o Brigadeiro Mário Calmon Eppinghaus esteve reunido com o presidente do Aeroclube, tratando de detalhes para a festa aeronáutica, marcada para o dia 30 de abril em Curitiba.

Com 56 anos, o Brigadeiro Mário Eppinghaus deixou uma excelente folha de serviço prestada à Nação, e, em particular à Aeronáutica: — nasceu no Estado do Espírito Santo, passando por todos os postos do oficialato até chegar a brigadeiro do ar em 11 de outubro de 1968.

Com mais de 4 mil horas de vôo cortou os céus brasileiros levando aju-

da aos recantos mais afastados do nosso território integrando as suas regiões mais distantes. Eppinghaus fez diversos cursos no exterior, entre os quais o de Tática Aérea nos Estados Unidos e o de Estado Maior de Aeronáutica e Superior de Comando de Aeronáutica, e, tendo sido ainda Adido Militar junto à Embaixada do Brasil, no Canadá. Recebeu todas as medalhas do Mérito Militar e Naval. Era também presidente regional da Campanha Nacional de Educação de Comunidade.

Também embarcou em Curitiba, no Samurai sinistrado da VASP, o outro paranaense morto, Sr. Milton Cláudio Vieira Borges, de 23 anos, funcionário do Bamerindus, a cujo serviço viajava.

Em nome do meu partido, a ARENA, estendo as manifestações de pesar às famílias de todas as vítimas dos desastres que nos enlutaram na semana passada e em especial rendo um preito de saudade e de admiração ao Brigadeiro Eppinghaus, ao Coronel Otiles e ao Major Seda. Mas não posso deixar de colocar em relevo minha profunda consternação pelo desaparecimento de um homem que conheci mais de perto e que colocou toda a sua vida a serviço da Pátria, na certeza de que esta, assim como a Força Aérea Brasileira, pranteiam seu prematuro desaparecimento.

O Sr. Adalberto Sena — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NEY BRAGA — Pois não.

O Sr. Adalberto Sena — Nobre Senador Ney Braga, a Bancada do Movimento Democrático Brasileiro não poderia deixar, de forma alguma, de associar-se à homenagem que V. Ex.^a está prestando, em nome de seu Estado e do Senado, ao Brigadeiro Eppinghaus e ao Major Seda, tão tragicamente desaparecidos em desastres aéreos. Como acreano quero, sobretudo, ressaltar a perda do Major Seda porque nós, lá do Acre, como de toda a região amazônica, somos profundamente gratos à Força Aérea Brasileira. E não é só isto: são tantos os atos de heroísmo — até mesmo com sacrifício, são tantos os benefícios prestados àquela região pelos bravos aviadores da FAB, que eu não posso calar o nosso sentimento, a nossa saudade, a nossa admiração profunda por este homem que vem enriquecer o Panteão dos heróis de nossa terra.

O SR. NEY BRAGA — Agradeço o aparte de V. Ex.^a, nobre colega. Posso concluir, convencido de que, agora, traduzo o pensamento de todos os companheiros do Senado, que vêem, nestes homens que tombaram, exemplos de virtudes a serem seguidas, como padrões de homens dedicados à

família, devotados à carreira e profundamente. Patriotas.

Que Deus os tenha hoje e dê a seus familiares o consolo de que precisam. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Tem a palavra o nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON PRONUNCIA DISCURSO QUE, POR DEPENDER DE REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE.

COMARQUEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Esteves — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castello-Branco — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Arnon de Mello — Augusto Franco — Heitor Dias — Amaral Peixoto — Gustavo Capanema — Magalhães Pinto — Benedito Ferreira — Emíval Calado — Accioly Filho — Mattos Leão — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Não há mais oradores inscritos.

Presentes 44 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

Item 1:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 5, de 1972), do Projeto de Decreto Legislativo n.º 17, de 1971 (n.º 9/71, na Casa de origem), que "Aprova as contas do Presidente da República, relativamente ao exercício de 1959".

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores pedir a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimento para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do Art. 362 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 17, de 1971 (n.º 9/71, na Câmara dos Deputados.)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, item VIII, da Constituição, e eu,

Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
N.º , DE 1972

Aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1959.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º São aprovadas as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício de 1959, com ressalvas àqueles valores lançados à conta de "Diversos Responsáveis", dependentes de verificação ulterior pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 2.º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)
Item 2:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 2, de 1972), do Projeto de Resolução n.º 49, de 1971, que suspende a execução da Lei n.º 4.325, de 16 de abril de 1964, declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Em discussão a redação final.
(Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores solicitar a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimento para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada independente de votação, nos termos do Art. 362 do Regimento Interno.

O Projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Resolução n.º 49, de 1971.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, Presidente promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
N.º , DE 1972

Suspende, por inconstitucionalidade, a execução da Lei n.º 4.325, de 16 de abril de 1964.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em 22 de abril de 1971, nos autos da Representação n.º 793, do Distrito Federal, a execução da Lei n.º 4.325, de 16 de abril de 1964.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)
Item 3:

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 297 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 46, de 1971, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que exclui as entidades sindicais do conceito de "empresa", para os fins previstos no artigo 69, III, e seu parágrafo único, da Lei Orgânica da Previdência Social, tendo

PARECER n.º 622, de 1971, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

Em discussão o projeto, quanto à constitucionalidade e juridicidade.

(Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O projeto será arquivado.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 46, de 1971

Exclui as entidades sindicais do conceito de "empresa", para os fins previstos no art. 69, III, e seu parágrafo único, da Lei Orgânica da Previdência Social (n.º 3.807, de 1960).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º São excluídas as entidades sindicais do conceito de "empresa", constante do art. 4.º da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, para os fins da arrecadação prevista no artigo 69, III, e seu parágrafo único, da mesma lei.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)
— Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos para esta oportunidade.

Comunico aos Srs. Senadores que, nos termos de requerimento aprovado em sessão anterior, o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de amanhã será dedicado a reverenciar a memória do saudoso Senador Manoel Villaça.

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, segunda-feira, às 19 horas e 30 minutos, no plenário da Câmara

dos Deputados e destinada a leitura de Mensagens Presidenciais.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima, a seguinte

ORDEM DO DIA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 80, DE 1971

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 80, de 1971 (n.º 154-B/71, na Casa de origem), que altera o artigo 8.º da Lei 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, tendo

PARECER, sob n.º 8, de 1972, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com emenda aditiva de n.º 1-CCJ.

PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 1, DE 1972

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 1, de 1972, da Comissão Diretora, que concede aumento de vencimentos aos servidores do Senado Federal e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob n.ºs 6 e 7, de 1972, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Finanças, pela aprovação.

PROJETO DE RESOLUÇÃO
N.º 1, DE 1972

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 1, de 1972, (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, como conclusão de seu parecer n.º 9, de 72, que suspende a execução dos artigos 3.º, 5.º, 8.º, 9.º e 10 da Lei 1.452, de 26-12-51, do Estado de São Paulo, declarados inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal proferida, em 23 de novembro de 1959, nos autos de recurso extraordinário n.º 43.211.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 30 minutos.)

ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR
DE TURISMO

Grupo Brasileiro

CONVOCAÇÃO

De ordem do Senhor Presidente, Senador Orlando Zancaner, fica convocada uma reunião da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, de acordo com a letra a, item II, do Art. 6.º do Regimento Interno, para o dia 26 de abril do corrente ano, quarta-feira, às 17 horas, na Sala do Grupo Brasileiro, 23.º andar do Anexo do Senado Federal.

Brasília, 13 de abril de 1972. — **Paulo José Maestralli**, Secretário.

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO MISTA

Incuibida de Estudo e Parecer sobre a Mensagem n.º 07, de 1972 (CN), que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.199, de 27 de dezembro de 1971, que "Altera a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM), a Tarifa Aduaneira do Brasil (TAB), a Legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados e dá outras providências".

PRIMEIRA REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 1972

Aos doze dias do mês de abril de mil novecentos e setenta e dois, às quinze horas, na Sala de Reuniões das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Lindoso, Flávio Brito, Renato Franco, Heitor Dias, Lourival Baptista, Benedito Ferreira, Lenoir Vargas, Orlando Zancaner, Guido Mondin e Benjamin Farah e os Senhores Deputados Stélio Marajá, Roberto Gebara, Jonas Carlos, Italo Conti, Eraldo Lemos e João Arruda, reúne-se a Comissão Mista incuibida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 07, de 1972, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.199, de 27 de dezembro de 1971, que "altera a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM), a Tarifa Aduaneira do Brasil (TAB), a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados e dá outras providências".

Com base no Parágrafo Segundo do Artigo Dez do Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Renato Franco, que determina providências para a eleição do Presidente e Vice-Presidente, convidando o Senhor Deputado Roberto Gebara para exercer as funções de escrutinador. Procedida a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Italo Conti 15 votos
Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Benjamin Farah 15 votos
Em branco 1 voto

O Senhor Presidente em exercício declara eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, Os Senhores Deputado Italo Conti e Senador Benjamin Farah.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Italo Conti, usando de suas atribuições, designa o Senhor Senador Lenoir Vargas para relatar a matéria e acata a indicação do funcionário Geraldo Sobral Rocha, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, para secretariar os trabalhos da Comissão.

Em seguida, o Senhor Presidente lembra aos Senhores Membros da Comissão que o Parecer deverá ser proferido respeitando-se o Artigo 110 do Regimento Comum.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião.

Para constar, eu, Geraldo Sobral Rocha, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, e vai à publicação.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Italo Conti
Vice-Presidente: Senador Benjamin Farah
Relator: Senador Lenoir Vargas

ARENA

Senadores
1. José Lindoso
2. Flávio Brito
3. Renato Franco

Deputados
1. Bias Fortes
2. Prisco Viana
3. Stélio Marajá

- | | |
|----------------------|--------------------|
| 4. Heitor Dias | 4. Roberto Gebara |
| 5. Lourival Baptista | 5. Jonas Carlos |
| 6. Benedito Ferreira | 6. Italo Conti |
| 7. Lenoir Vargas | 7. Eraldo Lemos |
| 8. Cattete Pinheiro | 8. Brasílio Caiado |
| 9. Guido Mondin | |
| 10. Orlando Zancaner | |

MDB

- | | |
|-------------------|--------------------|
| 1. Benjamin Farah | 1. Freitas Nobre |
| | 2. João Arruda |
| | 3. Jailson Barreto |

CALENDÁRIO

Dia 11-4-72 — É lida a mensagem, em Sessão Conjunta;

— Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110 do Regimento Comum.

Prazo: Até dia 1-5-72, na Comissão Mista; até dia 30-5-72, no Congresso Nacional.

Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo do Senado Federal — Secretário: Geraldo Sobral Rocha — Telefone: 24-8105 — Ramais: 312 e 303.

COMISSÃO MISTA

Incuibida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 11, de 1972 (CN), "que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.203, de 18 de janeiro de 1972, que dispõe sobre a entrega das parcelas pertencentes aos Municípios no produto da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias".

1.ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 1972

As dezenas horas do dia treze de abril do ano de mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Osires Teixeira, Guido Mondin, Lenoir Vargas, Lourival Baptista, João Calmon, Waldemar Alcântara, Arnon de Mello e Franco Montoro e os Srs. Deputados Garcia Netto, José Alves, Eurico Ribeiro, Henrique Fanstone e José Bonifácio Neto, reúne-se a Comissão Mista incuibida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 11, de 1972 (CN), "que dispõe sobre a entrega das parcelas pertencentes aos Municípios no produto da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias".

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Waldemar Alcântara, que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Senhor Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas o Senhor Presidente convida para funcionar como escrutinador o Senhor Deputado Eurico Ribeiro.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:
Para Presidente:

Deputado Henrique Fanstone 13 votos
Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado José Bonifácio Neto 13 votos
Deputado José Alves 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Srs. Deputados Henrique Fanstone e José Bonifácio Neto.

Assumindo a presidência o Senhor Presidente Deputado Henrique Fanstone, agradece a seus pares a honra com que foi distinguido e designa para relatar a matéria o Sr. Senador Guido Mondin.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar, eu, Léda Ferreira da Rocha, Secretária, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros presentes.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Henrique Fanstone

Vice-Presidente: Deputado José Bonifácio Neto

Relator: Senador Guido Mondin

ARENA

Senadores

1. Osires Teixeira
2. Guido Mondin
3. Lenoir Vargas
4. Lourival Baptista
5. João Calmon
6. Waldemar Alcântara
7. Alexandre Costa
8. Emíval Calado
9. Arnon de Mello
10. Domicio Gondim

Deputados

1. Furtado Leite
2. Garcia Netto
3. Maia Netto
4. Moacyr Chiesse
5. José Alves
6. Eurico Ribeiro
7. Henrique Fanstone
8. Abel Ávila

MDB

1. Franco Montoro

1. Nadyr Rossetti
2. Marcos Freire
3. José Bonifácio Neto

CALENDARIO

Dia 12-3-72 — É lida a mensagem, em Sessão Conjunta;

— Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110 do Regimento Comum.

Prazo: Até dia 2-5-72, na Comissão Mista; até dia 30-5-72, no Congresso Nacional.

Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas
— 11.º andar — Anexo do Senado Federal — Secretaria: Léda Ferreira da Rocha — Telefone: 24-8105 — Ramais: 314 e 303.

COMISSÃO MISTA

Para estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 13, de 1972 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.205, de 31 de janeiro de 1972, que "institui normas para utilização dos créditos orçamentários e adicionais e dá outras providências."

ATA DA 1.ª REUNIAO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1972

As 15 horas do dia 14 de abril de 1972, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senadores Eunício Rezende, João Cleofas, Mattos Leão, Wilson Gonçalves, Fausto Castello-Branco, Jessé Freire, Lourival Baptista, Benedito Ferreira, Danton Jobim e Deputados Ary Alcântara, Sales Filho, Parsifal Barroso, Américo de Souza e Janduhy Carneiro, reúne-se a Comissão Mista para estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 13, de 1972 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.205, de 31 de janeiro de 1972, que "institui normas para utilização dos créditos orçamentários e adicionais e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senadores Celso Ramos e Tarso Dutra e Deputados Ricardo Fluza, Lopo Coelho, José Haddad, Altair Chagas, Oziris Pontes e Lauro Rodrigues.

Cumprindo determinação do parágrafo segundo do artigo dez do Regimento Comum, o Senador João Cleofas assume a Presidência e declara instalada a Comissão, determinando, em obediência a preceito regimental, as providências necessárias para se proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Após a distribuição das cédulas, são convidados para escrutinadores os Senadores Benedito Ferreira e Lourival Baptista.

Encerrada a votação e feita a apuração, o Senhor Presidente declara eleitos os Deputados Sales Filho e Janduhy Carneiro, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Assumindo a Presidência, o Deputado Sales Filho designa para Relator da matéria o Senador Benedito Ferreira.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Sales Filho

Vice-Presidente: Deputado Janduhy Carneiro

Relator: Senador Benedito Ferreira

ARENA

Senadores

1. Eurico Rezende
2. João Cleofas
3. Mattos Leão
4. Wilson Gonçalves
5. Fausto Castello-Branco
6. Jessé Freire
7. Lourival Baptista
8. Celso Ramos
9. Tarso Dutra
10. Benedito Ferreira

Deputados

1. Ary Alcântara
2. Ricardo Fluza
3. Sales Filho
4. Parsifal Barroso
5. Lopo Coelho
6. José Haddad
7. Américo de Souza
8. Altair Chagas

MDB

1. Danton Jobim

1. Janduhy Carneiro
2. Oziris Pontes
3. Lauro Rodrigues

CALENDARIO

Dia 13-4-72 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;

— Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

PRAZO: Até dia 3-5-72 na Comissão Mista; até dia 30-5-72 no Congresso Nacional.

Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas
— 11.º Andar — Anexo do Senado Federal — Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Telefone: 24-8105 — Ramais 305 e 303.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de Estudo e Parecer sobre a Mensagem n.º 14, de 1972 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.206, de 3 de fevereiro de 1972, que "Autoriza o Ministério dos Transportes a prestar assistência técnica em assuntos Rodoviários, Aquaviários e Ferroviários, a Paises amigos e a construir prédios destinados a instalações de Serviços Públicos de Fronteira, nos terminais respectivos e dá outras provisões".

ATA DA REUNIAO DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1972

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e dois, na Sala de Reuniões da Comissão

de Finanças do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Saldanha Derzi, Leandro Maciel, Luiz Cavalcante, Geraldo Mesquita, Dinarte Mariz, Benedito Ferreira, Virgílio Távora, e Flávio Brito e os Srs. Deputados Mário Stamm, Mário Telles, Sinval Boaventura, Sinval Guazzelli, Leão Sampaio, Djalma Bessa e José Carlos Fonseca, realiza a sua primeira reunião, a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 14, de 1972 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.206, de 3 de fevereiro de 1972, que "autoriza o Ministério dos Transportes a prestar assistência técnica em assuntos rodoviários, aquaviários e ferroviários, a países amigos e a construir prédios destinados a instalações de serviços públicos de fronteira, nos terminais respectivos e dá outras providências".

Em obediência ao que dispõem as Normas Regimentais, assume a Presidência o Sr. Senador Leandro Maciel, que, após declarar instalada a Comissão, manda distribuir as cédulas de votação para escolha de seus dirigentes e designa o Sr. Deputado José Carlos Fonseca para funcionar como escrutinador.

Colhidos e apurados os votos, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Saldanha Derzi 14 votos
Senador Luiz Cavalcante 1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Flávio Brito 14 votos
Deputado Leão Sampaio 1 voto

Em cumprimento ao deliberado, o Sr. Presidente eventual, Sr. Senador Leandro Maciel, proclama eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, os Srs. Senadores Saldanha Derzi e Flávio Brito e convida o primeiro a assumir a direção dos trabalhos.

Assumindo a Presidência, o Sr. Senador Saldanha Derzi agradece em seu nome e no do Sr. Senador Flávio Brito a honra com que foram distinguidos e designa o Sr. Deputado Mário Telles para relatar o Projeto.

Ao final, o Sr. Presidente declara encerrada a reunião. Para constar, eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Secretário, lavrei a presente Ata, que, aprovada, é assinada pelo Sr. Presidente e demais membros e vai à publicação nas Seções I e II do Diário do Congresso Nacional.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 15, de 1972 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.207, de 7 de fevereiro de 1972, que "cria o Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE) e dá outras providências".

**ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO, REALIZADA
EM 14 DE ABRIL DE 1972**

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e dois, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Ruy Santos, Lourival Baptista, Heitor Dias, José Augusto, Luiz Cavalcante, Wilson Campos, Gustavo Capanema, Paulo Guerra, Antônio Fernandes, e Nelson Carneiro, e os Srs. Deputados Vasco Neto, Manoel de Almeida, Manoel Novaes, Raimundo Diniz, Marco Maciel, Theodulo Albuquerque e Edgar M. Pereira, realiza a sua primeira reunião, a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 15, de 1972 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.207, de 7 de fevereiro de 1972 que "cria Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE) e dá outras providências".

Em obediência ao que dispõe as Normas Regimentais, assume a Presidência o Sr. Senador Gustavo Capanema, que após declarar instalada a Comissão, manda distribuir as cédulas de votação para escolha de seus dirigentes e designa o Sr. Deputado Marco Maciel para funcionar como escrutinador.

Colhidos e apurados os votos, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente

Senador Ruy Santos 16 votos
Senador Heitor Dias 1 voto

Para Vice-Presidente

Deputado Francisco Pinto 16 votos
Deputado Vasco Neto 1 voto

Em cumprimento ao deliberado, o Sr. Presidente eventual, Sr. Senador Gustavo Capanema proclama eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, os Srs. Senador Ruy Santos e Deputado Francisco Pinto e convida o primeiro a assumir a direção dos trabalhos.

Assumindo a Presidência, o Sr. Senador Ruy Santos agradece em seu nome e no do Sr. Deputado Francisco Pinto a honra com que foram distinguidos e designa o Sr. Deputado Manoel Novaes para relatar o Projeto.

Ao final, o Sr. Presidente declara encerrada a reunião. Para constar, eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Secretário "ad-hoc", lavrei a presente Ata, que, aprovada, é assinada pelo Sr. Presidente e demais membros e vai à publicação nas Seções I e II do Diário do Congresso Nacional.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ruy Santos

Vice-Presidente: Deputado Francisco Pinto

Relator: Deputado Manoel Novaes

ARENA

Senadores	Deputados
1. Ruy Santos	1. Vasco Neto
2. Lourival Baptista	2. Manoel de Almeida
3. Heitor Dias	3. Manoel Novaes
4. José Augusto	4. Raimundo Diniz
5. Luiz Cavalcante	5. Marco Maciel
6. Wilson Campos	6. Theodulo de Albuquerque
7. Teotônio Villela	7. Edgar M. Pereira
8. Gustavo Capanema	8. Jorge Vargas
9. Paulo Guerra	
10. Antônio Fernandes	

MDB

1. Nelson Carneiro	1. Carlos Cotta
	2. Francisco Pinto
	3. Vinicius Cansanção

CALENDÁRIO

Dia 13-4-72 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;

— Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110 do Regimento Comum.

PRAZO: Até dia 3-5-72 na Comissão Mista; Até dia 30-5-72 no Congresso Nacional.

DIRETORIA DAS COMISSÕES — Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — anexo do Senado Federal — Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Telefone: 24-8105 — Ramais 306 e 303.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 16, de 1972-(CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.210, de 1.º de março de 1972, que "concede aumento de vencimentos aos funcionários dos serviços auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências".

ATA DA 1.ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1972

As dezesseis horas do dia quatorze de abril do ano de mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Eurico Rezende, Accioly Filho, Orlando Zancaner, Paulo Torres, Augusto Franco, Duarte Filho, Cattete Pinheiro e Benjamin Farah e os Senhores Deputados Ary Valadão, Alpheu Gasparini, Geraldo Guedes, Dyrno Pires, Ernesto Valente, Ary de Lima e Olivir Gabardo, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 16, de 1972-(CN), "que concede aumento de vencimentos aos funcionários dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências".

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Paulo Torres, que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas o Senhor Presidente convida para funcionar como escrutinador o Senhor Deputado Ary Valadão.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Eurico Rezende 14 votos
Senador Fernando Corrêa 1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Benjamin Farah 14 votos
Em branco 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Eurico Rezende e Benjamin Farah.

Assumindo a presidência o Senhor Presidente Senador Eurico Rezende, agradece a seus pares a honra com que foi distinguido e designa para relatar a matéria o Sr. Deputado Geraldo Guedes.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, e para constar, eu, Leda Ferreira da Rocha, Secretária, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros presentes.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Eurico Rezende
Vice-Presidente: Senador Benjamin Farah
Relator: Deputado Geraldo Guedes

ARENA

Senadores	Deputados
1. Eurico Rezende	1. Ary Valadão
2. Tarso Dutra	2. Alpheu Gasparini
3. Accioly Filho	3. Geraldo Guedes
4. Orlando Zancaner	4. Dyrno Pires
5. Fernando Corrêa	5. Athos de Andrade
6. Paulo Torres	6. Ary Lima
7. Augusto Franco	7. Ernesto Valente
8. Duarte Filho	8. Fernando Magalhães
9. Cattete Pinheiro	
10. José Guiomard	

MDB

1. Benjamin Farah
1. Anapolino de Farias
2. Olivir Gabardo
3. Getúlio Dias

CALENDÁRIO

Dia 14-04-72 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;

— Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

Prazo: até dia 03-05-72 — na Comissão Mista; até dia 30-05-72 — no Congresso Nacional.

Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo do Senado Federal — Secretaria: Leda Ferreira da Rocha — Telefone: 24-8105 — Ramais 314 e 303.

COMISSÃO MISTA

Para estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 17, de 1972 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-Lei n.º 1.211, de 1 de março de 1972, que "concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados para equipamentos de produção cinematográfica".

ATA DA 1.ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1972

As 16 horas do dia 14 de abril de 1972, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senadores Osires Teixeira, Lenoir Vargas, Mattos Leão, Renato Franco, José Sarney, Waldemar Alcântara, Jessé Freire, Antônio Fernandes, Milton Trindade, Danton Jobim e Deputados Bento Gonçalves, Maurício Toledo, Jarmund Nasser, João Alves, Ferreira do Amaral e Alberto Hoffmann, reúne-se a Comissão Mista para estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 17, de 1972, (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-Lei n.º 1.211, de 1 de março de 1972, que "concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados para equipamentos de produção cinematográfica".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, o Senador Domicio Gondin e Deputados Januário Feitosa Daso Coimbra, Araújo Jorge, Amaury Müller e Alberto Lavinas.

Cumprindo determinação do parágrafo segundo do artigo dez, do Regimento Comum, o Senador Renato Franco assume a Presidência e declara instalada a Comissão, determinando, em obediência a preceito regimental, as providências necessárias para se proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Após a distribuição das cédulas, são convidados para escrutinadores os Deputados João Alves e Ferreira do Amaral.

Encerrada a votação e feita a apuração, o Senhor Presidente declara eleitos os Deputados Bento Gonçalves e Alberto Lavinas, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Assumindo a Presidência, o Deputado Bento Gonçalves designa para Relator da matéria o Senador Milton Trindade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Bento Gonçalves
 Vice-Presidente: Deputado Alberto Lavinas
 Relator: Senador Milton Trindade

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senadores Daniel Krieger, Magalhães Pinto, Fernando Correa e Deputados Amaral Furlan, Aldo Fagundes, Francisco Amaral e Leo Simões.

Cumprindo determinação do parágrafo segundo do artigo dez do Regimento Comum, o Senador João Cleofas assume a Presidência e declara instalada a Comissão, determinando, em obediência a preceito regimental, as providências necessárias para se proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, convidando para escrutinadores os Deputados Heitor Cavalcante e Batista Miranda.

Encerrada a votação e feita a apuração, o Senhor Presidente declara eleitos os Senador Heitor Dias e Deputado Francisco Amaral, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Assumindo a Presidência, o Senador Heitor Dias designa relator da matéria o Deputado Ivo Braga.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária "ad-hoc", a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

ARENA	
Senadores	Deputados
1. Osires Teixeira	1. Bento Gonçalves
2. Lenoir Vargas	2. Mauricio Toledo
3. Mattos Leão	3. Januário Feitosa
4. Domicio Gondin	4. Jarmund Nasser
5. Renato Franco	5. João Alves
6. José Sarney	6. Daso Coimbra
7. Waldemar Alcântara	7. Ferreira do Amaral
8. Jessé Freire	8. Alberto Hoffmann
9. Antônio Fernandes	
10. Milton Trindade	
MDB	
1. Danton Jobim	1. Araujo Jorge
	2. Amaury Müller
	3. Alberto Lavinas

CALENDÁRIO

Dia 14-4-72 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;

— Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

PRAZO: ATÉ dia 4-5-72 na Comissão Mista; ATÉ dia 30-5-72 no Congresso Nacional.

Diretorias das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo do Senado Federal — Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Telefone: 24-8105 — Ramais 305 e 303.

COMISSÃO MISTA

Para estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 18, de 1972 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.212, de 8 de março de 1972, que "reajusta os vencimentos dos servidores da Secretaria-Geral do Tribunal de Contas da União e dá outras providências."

ATA DA 1.ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1972

As 17 horas do dia 14 de abril de 1972, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senadores Eurico Rezende, João Cleofas, João Calmon, Heitor Dias, Helvídio Nunes, Wilson Gonçalves, Vasconcelos Torres, Benjamin Farah e Deputados Batista Miranda, Ossian Araripe, Heitor Cavalcante, Arthur Santos, Ivo Braga e Joaquim Macedo; reúne-se a Comissão Mista para estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 18, de 1972 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.212, de 8 de março de 1972, que "reajusta os vencimentos dos servidores da Secretaria-Geral do Tribunal de Contas da União e dá outras providências."

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Heitor Dias
 Vice-Presidente: Deputado Francisco Amaral
 Relator: Deputado Ivo Braga

ARENA	
Senadores	Deputados
1. Eurico Rezende	1. Batista Miranda
2. Daniel Krieger	2. Ossian Araripe
3. Magalhães Pinto	3. Heitor Cavalcante
4. João Cleofas	4. Arthur Santos
5. João Calmon	5. Amaral Furlan
6. Heitor Dias	6. Ivo Braga
7. Helvídio Nunes	7. Joaquim Coutinho
8. Wilson Gonçalves	8. Joaquim Macedo
9. Fernando Corrêa	
10. Vasconcelos Torres	

MDB	
1. Benjamin Farah	1. Aldo Fagundes
	2. Francisco Amaral
	3. Leo Simões

CALENDÁRIO

Dia 14-4-72 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;

— Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

PRAZO: Até dia 3-5-72 na Comissão Mista; Até dia 30-5-72 no Congresso Nacional.

DIRETORIA DAS COMISSÕES: Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo do Senado Federal — Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Telefone: 24-8105 — Ramais 306 e 303.

MESA		LIDERANÇA DO PARTIDO E DA MAIORIA
Presidente:	4.º-Secretário:	Líder: Filinto Müller (ARENA — MT)
Petrônio Portella (ARENA — PI)	Duarte Filho (ARENA — RN)	Vice-Líderes: Ruy Santos (ARENA — BA) Eurico Rezende (ARENA — ES)
1.º-Vice-Presidente: Carlos Lindenbergs (ARENA — ES)	1.º-Suplente: Renato Franco (ARENA — PA)	Antônio Carlos (ARENA — SC) Dinarte Mariz (ARENA — RN)
2.º-Vice-Presidente: Ruy Carneiro (MDB — PB)	2.º-Suplente: Benjamin Farah (MDB — GB)	José Lindoso (ARENA — AM) Saldanha Derzi (ARENA — MT)
1.º-Secretário: Ney Braga (ARENA — PR)	3.º-Suplente: Lenoir Vargas (ARENA — SC)	Osires Teixeira (ARENA — GO)
2.º-Secretário: Clodomir Millet (ARENA — MA)	4.º-Suplente: Teotônio Vilela (ARENA — AL)	LIDERANÇA DA MINORIA
3.º-Secretário: Guido Mondin (ARENA — RS)		Líder: Nelson Carneiro (MDB — GB)
		Vice-Líderes: Danton Jobim Adalberto Sena

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini
Local: 11.º andar do Anexo
Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes
Local: Anexo — 11.º andar
Telefone: 24-8105 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

TITULARES

SUPLENTES

ARENA
Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Paulo Guerra
Daniel Krieger
Flávio Brito
Mattos Leão

MDB

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303
Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas
Local: Sala das Reuniões da Comissão de Finanças.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES

SUPLENTES

ARENA
José Guiomard
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Benedito Ferreira

MDB

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — R. 312
Reuniões: quintas-feiras, 15 horas
Local: Auditório.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES

SUPLENTES

ARENA
Daniel Krieger
Accioly Filho
José Augusto
Wilson Gonçalves
Gustavo Capahema
José Lindoso
José Sarney
Tarsio Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa
MDB
Nelson Carneiro
Franco Montoro
Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES

SUPLENTES

ARENA
Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Benedito Ferreira
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
José Augusto
MDB
Adalberto Sena
Nelson Carneiro
Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306
Reuniões: terças-feiras, às 15:30 horas
Local: Auditório.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Magalhães Pinto Domício Gondim
 Vasconcelos Torres José Augusto
 Wilson Campos Geraldo Mesquita
 Jessé Freire Flávio Brito
 Augusto Franco Leandro Maciel
 Orlando Zancaner
 Paulo Guerra
 Milton Cabral
 Helvídio Nunes
 Luiz Cavalcante

MDB
 Amaral Peixoto Franco Montoro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Celso Ramos Cattete Pinheiro
 Lourival Baptista Antônio Carlos
 Saldanha Derzi Daniel Krieger
 Geraldo Mesquita Milton Trindade
 Alexandre Costa Dinarte Mariz
 Fausto Castello-Branco Ermival Caiado
 Ruy Santos Flávio Brito
 Jessé Freire Eurico Rezende
 João Cleofas
 Carvalho Pinto
 Virgílio Távora
 Wilson Gonçalves
 Mattos Leão
 Tarso Dutra

MDB
 Amaral Peixoto Nelson Carneiro
 Franco Montoro
 Danton Jobim

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema
 Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Gustavo Capanema Arnon de Mello
 João Calmon Helvídio Nunes
 Tarso Dutra José Sarney
 Geraldo Mesquita
 Cattete Pinheiro
 Milton Trindade

MDB
 Benjamin Farah Adalberto Sena

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro
 Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Heitor Dias Wilson Campos
 Domicio Gondim Accioly Filho
 Paulo Tôrres José Esteves
 Benedito Ferreira
 Eurico Rezende
 Orlando Zancaner

MDB
 Franco Montoro Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310

Reuniões: Quartas-feiras, 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Arnon de Mello
Luiz Cavalcante
Leandro Maciel
Milton Trindade
Domicio Gondim
Orlando Zancaner

MDB

Benjamin Farah

Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Danton Jabim

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Antônio Carlos
José Lindoso
Filinto Müller
José Augusto

MDB

Danton Jobim

Adalberto Sena

Secretaria: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: terças-feiras, 11 horas.

Local: Auditório.

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Carvalho Pinto
Wilson Gonçalves
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Antônio Carlos
Arnon de Mello
Magalhães Pinto
Accioly Filho
José Sarney
Lourival Baptista
João Calmon

Milton Cabral
Fausto Castello-Branco
Augusto Franco
José Lindoso
Ruy Santos
Cattete Pinheiro
Jessé Freire
Virgílio Távora

MDB

Amaral Peixoto

Franco Montoro
Danton Jobim
Nelson Carneiro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: terças-feiras, 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa
Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Fernando Corrêa
Fausto Castello-Branco
Cattete Pinheiro
Lourival Baptista
Ruy Santos
Waldemar Alcântara

MDB

Benjamin Farah

Adalberto Sena

Secretaria: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres

Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Paulo Tôrres	Milton Trindade
José Lindoso	Alexandre Costa
Virgílio Távora	Orlando Zancaner
José Guiomard	
Flávio Brito	
Vasconcelos Torres	
	MDB
Benjamin Farah	Amaral Peixoto

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — Ramal 312.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Auditório.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

— (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Tarso Dutra	Magalhães Pinto
Augusto Franco	Gustavo Capanema
Celso Ramos	Paulo Guerra
Osires Teixeira	
Heitor Dias	
Jessé Freire	
	MDB
Amaral Peixoto	Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Leandro Maciel	Dinarte Mariz
Alexandre Costa	Benedito Ferreira
Luiz Cavalcante	Virgílio Távora
Milton Cabral	
Geraldo Mesquita	

José Esteves

MDB

Danton Jobim

Benjamin Farah

Secretária: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: quartas-feiras, às 17 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11.º andar do Anexo

Telefone: 24-8105 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Votos.
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito.
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).